



www.LeisMunicipais.com.br

LEI Nº 344, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2006.

## **DEFINE NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE GODOY MOREIRA AS OBRIGAÇÕES DE PEQUENO VALOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

A Câmara Municipal de Godoy Moreira, Estado do Paraná, APROVOU e eu Prefeito Municipal, SANCIONO a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica definido como Obrigação de Pequeno Valor (OPV) o débito em desfavor do Município de Godoy Moreira, que seja oriundo de sentença judicial transitada em julgado, cujo valor seja igual ou inferior a 10 (dez) salários mínimos nacionais.

§ 1º A presente lei regulamenta no âmbito municipal as disposições do § 3º do artigo 100 da Constituição Federal, com a Redação dada pela Emenda Constitucional nº 30, de 14 de setembro de 2000 e do artigo 87 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, com a Redação dada pela Emenda Constitucional nº 37, de 12 de junho de 2002.

§ 2º Os débitos referidos no caput, individualizados por ação judicial, deverão atender o limite estabelecido na data em que os respectivos cálculos se tornarem incontroversos.

§ 3º É vedado o fracionamento, repartição ou quebra do valor total da obrigação prevista neste artigo, seja ela controversa ou incontroversa, ressalvadas as hipóteses de aplicação do art. 23, da Lei Federal nº 8.906, de 04 de julho de 1994, reconhecidas em juízo.

§ 4º É vedada a expedição de precatório suplementar ou complementar do valor pago na forma do caput deste artigo.

§ 5º É facultado à parte exequente renunciar ao crédito, no que exceder ao valor estabelecido no caput, para que possa optar pelo pagamento do valor na forma desta lei.

§ 6º O pagamento sem precatório, na forma prevista neste artigo, implica quitação total do crédito exequendo.

**Art. 2º** O pagamento será efetuado perante o Juízo da execução, a requerimento da parte credora, no prazo de 90 (noventa) dias, contado do recebimento da requisição por procurador judicial do Município.

§ 1º O requerimento será instruído com certidão expedida pelo Cartório ou Secretaria do órgão judiciário, comprobatória do trânsito em julgado do processo de conhecimento, da demonstração da liquidez e exigibilidade da obrigação.

§ 2º Na hipótese do § 4º do art. 1º, o requerimento também será instruído com a renúncia expressa

ao excedente do pequeno valor apurado na data do pagamento.

**Art. 3º** Constatada a regularidade formal e material da requisição, mediante parecer jurídico, o Prefeito remeterá à Secretaria Municipal de Finanças determinando o pagamento na forma desta lei.

**Art. 4º** Os créditos já inscritos em precatórios devidos pelas entidades municipais referidas no artigo 1º, iguais e não superiores ao valor de 10 (dez) salários mínimos nacionais, serão pagos integralmente segundo a ordem cronológica de apresentação dentro da categoria própria.

Parágrafo único. Não serão objeto de parcelamento os créditos referidos no caput deste artigo, de acordo com o previsto no art. 78 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

**Art. 5º** O valor de Obrigação de Pequeno Valor definido nesta lei poderá ser anualmente revisto pelo Poder Executivo Municipal, que o fará publicar em Diário Oficial.

**Art. 6º** Para fazer frente às despesas decorrentes desta lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir os créditos orçamentários necessários na forma da lei, sendo ainda observado os limites da lei orçamentária, a disponibilidade financeira, bem como as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar nº 101/2000,

**Art. 7º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, ressalvados os arts. 1º, 2º, e 3º, que terão vigência a partir de 1º de fevereiro de 2007.

Godoy Moreira, 01 de dezembro de 2006.

JOSÉ ANTÔNIO CEZÁRIO  
Prefeito Municipal

*Nota: Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial.*

*Data de Inserção no Sistema LeisMunicipais: 23/03/2020*